



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

**GRAMÁTICA EMERGENTE: A GRAMATICALIZAÇÃO DO
“AÍ”, “SÓ QUE” E “QUE NEM”**

Álvaro Arthur da Silva Cordeiro
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Walkíria Neiva Praça

Brasília-DF
2012



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Álvaro Arthur da Silva Cordeiro

**GRAMÁTICA EMERGENTE: A GRAMATICALIZAÇÃO DO
“AÍ”, “SÓ QUE” E “QUE NEM”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Letras Português, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Walkíria Neiva Praça.

Brasília-DF
2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. GRAMATICALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES E HISTÓRICO	4
2. PRINCÍPIOS, MECANISMOS E PARÂMETROS	7
2.1. Unidirecionalidade.....	7
2.2. Metáfora e Metonímia.....	7
2.3. Identificação da Gramaticalização.....	8
3. ALGUNS PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÕES.....	10
3.1. Aí	11
3.2 As perífrases só que e que nem	13
3.2.1. Só que	16
3.2.2. Que nem.....	19
4. CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

INTRODUÇÃO

A língua percorre um caminho de transformações que são provocadas por um desejo de comunicação. Com base nessa premissa, o presente trabalho trata do comportamento dos itens *aí*, *só que* e *que nem* em contextos funcionais diversos. A emergência desses itens é fruto de um processo de mudança linguística denominada gramaticalização.

O processo de gramaticalização dos itens *aí*, *só que* e *que nem* é examinado sob a perspectiva funcionalista, que considera a língua um sistema adaptável de equilíbrio instável (DU BOIS, 1985 apud NEVES, 2002). Identificar as funções que essas estruturas desempenham em situações de uso da língua é o objetivo do trabalho e a razão pela qual este se apoia na proposta funcionalista.

Na primeira seção do trabalho, são expostas algumas ideias e conceitos básicos referentes à gramaticalização, além de um panorama histórico sobre os autores que desenvolveram estudos nessa área, desde os rudimentos do tema no século X, na China, até a atualidade.

A segunda seção reserva-se às ferramentas que auxiliam na apreensão e compreensão da gramaticalização. Apresentam-se critérios e maneiras de se verificar a ocorrência do fenômeno. São tratados, nessa seção, os conceitos-chave de unidirecionalidade, metáfora e metonímia, bem como os Parâmetros de Lehmann (1995[1982] apud GONÇALVES et al, 2007) e os Princípios de Hooper (1991, apud GONÇALVES et al, 2007).

Na última seção, são abordadas as transformações funcionais dos itens *aí*, *só que* e *que nem*, à luz de alguns estudos sobre a gramaticalização. Optou-se por uma estrita observação da função exercida por esses itens em circunstâncias interacionais de falantes da língua, sem qualquer tipo de vinculação a fatores sociolinguísticos. Por isso, foram utilizados exemplos coletados do banco de dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – PEUL/RJ, do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro – NURC/RJ, de trechos de músicas nacionais, além de enunciados admissíveis em língua portuguesa.

Em resumo, este trabalho versa sobre a gramaticalização do *aí*, *só que* e *que nem*, ou seja, discutem-se as transformações sintático-semânticas que sofrem esses itens, e o trânsito de funções menos gramaticais para funções mais gramaticais.

1. GRAMATICALIZAÇÃO: DEFINIÇÕES E HISTÓRICO

Há muito se abandonou a ideia de que as línguas são sistemas homogêneos e estáticos. Diversos estudos linguísticos definem a língua como um sistema heterogêneo e mutável. Os motivos por que as línguas se modificam e como acontecem estes processos são variados. As línguas são sistemas vivos.

A língua não é um sistema autônomo, nem se esgota no código lingüístico, [...] é um fenômeno cultural e histórico fundado numa atividade social e cognitiva que varia com o tempo de acordo com os falantes [...];(MARCUSCHI, L. A. Novas teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. Revista da ANPOLL. V.4, jan./jul.1998, p.147-156.)

Existem diversos mecanismos de renovação das línguas. A gramaticalização é um desses processos de mudança do sistema linguístico. Por meio desse mecanismo, o falante molda a gramática de sua língua, motivado pela sua necessidade de expressão. Assim, a língua está em constante evolução.

Segundo Castilho (2010), a gramática é um sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização disposto em subsistemas: fonologia, morfologia e sintaxe; e a gramaticalização é um conjunto de processos pelo qual uma palavra ganha novas propriedades. Estas podem ser sintáticas, morfológicas, fonológicas e/ou semânticas, e em certos casos a palavra pode desaparecer.

De acordo com a concepção funcional da língua, a gramática não é uma coletânea definida, mas sim um sistema aberto, que passa por mudanças sintáticas e semânticas por estar sujeita às pressões do ato de comunicação.

“Por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso”. (NEVES, 1997. p 15)

Os funcionalistas consideram a gramática como um conjunto de regras que surgem do discurso. Adotam, assim, um modelo dinâmico de gramática cujo “estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo, em princípio, ser separada das estratégias de construção do discurso” (HOPPER, 1988, p.118 apud CASTILHO, 2010, p. 138).

Castilho (2010) ainda afirma que para os funcionalistas não existe gramática estável e pronta, o que existe é constante gramaticalização, e que esse processo é ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico.

Gonçalves et al (2007, p.19), ao traçar um histórico da evolução das pesquisas sobre gramaticalização, lembra que os primeiros estudos acerca desse tema foram realizados na China, no século X, e tiveram sequência, já no século XVII, com Condillac e Rosseau, na França e Tooke, na Inglaterra. No século XVIII, prosseguem Bopp, Schelegel, Humboldt, Gabelentz, na Alemanha e Whitney, nos Estados Unidos. No século XX, contribuíram Lehman, Heine, Caldi, Hunnemeyer, na Alemanha, Givon, Hopper, Traugott, Bybee, Pagliuca, nos Estados Unidos, e Meilet na França, entre outros. Gonçalves et al (2007) afirma que Meilet foi figura central nos estudos sobre o tema, sendo o primeiro a usar o termo gramaticalização para se referir ao processo no qual uma palavra autônoma passa a ter uma função gramatical, não obstante as noções de gramaticalização já existissem no século X.

Segundo Gonçalves et al (2007), esses estudiosos possuem dois pontos de interseção entre suas pesquisas. Todos estabelecem diferenças entre os itens lexicais (considerados signos linguísticos plenos, classes de palavras abertas, lexemas concretos, palavras principais) e os itens gramaticais (ou seja, signos linguísticos vazios, classes de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias). Além disso, consideram que as categorias gramaticais tendem a se originar das categorias lexicais. Gonçalves et al (2007) cita os trabalhos de Horne Tooke (1786), o qual postulava a concretude da língua em seu “estágio original”, sendo os itens abstratos derivados de itens concretos, e de Wilhelm von Humboldt, que, em 1822, propôs que a estrutura gramatical das línguas era precedida de um estágio de evolução em que apenas ideias concretas eram expressas.

Percebe-se a relevância do critério que diz respeito à autonomia da palavra nas concepções clássicas sobre o processo de gramaticalização, por este tratar-se de um fenômeno no qual itens de uma categoria lexical plena, como nomes, verbos e adjetivos, incorporam-se às categorias gramaticais (preposições, conjunções, advérbios, auxiliares, entre outras), podendo posteriormente se tornarem afixos (GONÇALVES et al, 2007, p.20).

Com base nos estudos de Meilet, é possível notar que a gramaticalização serviu à linguística histórica, com o intuito de identificar as origens e mudanças que envolvem morfemas gramaticais, contribuindo para as pesquisas etimológicas e históricas das palavras, apesar de certos exemplos fornecidos pelo próprio autor indicarem que a gramaticalização também é um processo sincrônico.

Gonçalves et al (2007, p.22) destaca a definição de Lehmann (1995[1982]), que entende a gramaticalização como um processo de morfologização. A gramaticalização tanto pode levar um item de uma categoria lexical a uma gramatical, quanto de uma categoria menos gramatical para um mais gramatical. Na mesma linha contribuiu Heine:

Estamos lidando com a gramaticalização, um processo que pode ser encontrado em todas as línguas conhecidas e que pode envolver qualquer tipo de função gramatical, quando uma unidade lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função ainda mais gramatical. (HEINE et al, 1991 apud GONÇALVES, 2007 p. 23).

Hopper e Traugott (1993, apud GONÇALVES et al, 2007) explicam que uma estrutura em processo de gramaticalização segue um *cline* de mudança, ou seja, percorre uma linha de evolução: vai de um “item de conteúdo”, passando pelas categorias “palavra gramatical” e “clítico”, chegando, por fim, à categoria “afixo flexional”.

Pode-se afirmar que, quando segue a linha de transformação, um item em gramaticalização perde parte da autonomia que possui em sua forma-fonte. Neves (1997) também adota a definição clássica ao afirmar que a gramaticalização é um processo dinâmico, histórico (mas também sincrônico) e unidirecional, no qual parte-se de uma unidade menos gramatical para uma mais gramatical. A autora ainda comenta algumas consequências da gramaticalização: o caráter regularizador do processo, o aumento da previsibilidade e a maior sujeição do falante às regras do sistema.

Trata-se da passagem de menor para maior regularidade, e de menor para a maior previsibilidade; e, afinal, no percurso de uma regularização, trata-se de uma passagem que torna o falante, num determinado ponto enunciado, mais sujeito a determinações do sistema, e menos livre para escolhas nas quais possa exercer sua criatividade. (NEVES, 1997. p 129).

Com relação aos autores que foram expostos, nota-se que há um consenso quanto à definição de gramaticalização: é um processo de recategorização que implica ganho de valor gramatical.

2. PRINCÍPIOS, MECANISMOS E PARÂMETROS

2.1. Unidirecionalidade

Gonçalves et al (2007) define princípio como uma regra geral que identifica um fenômeno. O autor reconhece como princípio fundamental da gramaticalização a unidirecionalidade, que pode ser observada por meio dos mecanismos atuantes no processo.

Uma palavra chave para a definição da unidirecionalidade é o rótulo *continuum*, que pode ser usado para tratar dos deslizamentos entre classes de palavras, como a passagem de advérbios a conectivos oracionais (TRAUGOTT, 1988 apud GONÇALVES et al, 2007). O mesmo termo também pode tratar dos deslizamentos entre categorias semânticas, como a passagem de um valor temporal a causal (TRAUGOTT e KONIG 1991 apud GONÇALVES et al, 2007).

Segundo Gonçalves et al (2007), muitos trabalhos valem-se de categorias cognitivas para explicar as transformações funcionais das palavras, a exemplo da ordenação: Pessoa > Objeto > Processo > Espaço > Tempo > Qualidade (HEINE et al, 1991 apud GONÇALVES et al, 2007).

Deseja-se destacar que, nessa linha de categorias, as transformações ocorrem em uma única direção: das categorias cognitivas mais próximas do indivíduo para as mais distantes. As mudanças ocorrem de um estágio A para um estágio B, jamais de B para A (HOPPER e TRAUGOTT, 1993 apud GONÇALVES et al, 2007).

Gonçalves (2007) cita a transformação pela qual um termo que se refira a uma parte do corpo passa a designar uma qualidade. Como exemplo, a palavra cabeça origina o termo cabeça do bando.

2.2. Metáfora e Metonímia

No processo de gramaticalização, existem dois mecanismos que operam no sentido de explorar “velhas formas para novas funções” (WERNER e KAPLAN, 1963 apud NEVES, 1997): a metáfora e a metonímia.

Diversos autores afirmam que a mudança semântica presente nos processos de gramaticalização deve-se a processos metafóricos. Segundo Gonçalves et al (2007), a

metáfora, na gramaticalização, opera de modo que domínios cognitivos diferentes se aproximem por meio de uma transferência conceitual. Assim, conceitos de domínios lexicais (mais concretos) passam a ser compreendidos como conceitos gramaticais (menos concretos). É importante destacar que a transferência metafórica é regida por uma crescente escala de abstratização.

Entretanto, processos metonímicos atuam de forma complementar à metaforização. Neves (1997) afirma que, se por um lado, a metáfora é um mecanismo discreto e livre de determinações pragmáticas, a metonímia opera a reinterpretção de modo contínuo sob a influência da pragmática.

A gramaticalização é explicada, então, como uma expansão funcional gradativa de uma entidade original e dois mecanismos estão envolvidos nesse fenômeno: transferência conceptual - que é metafórica e se relaciona com diferentes domínios cognitivos - e reinterpretção induzida pelo contexto - que é metonímica e resulta em conceitos interseccionados (NEVES, 1997, p.135).

Desse modo, o modelo pautado na complementariedade dos dois mecanismos entende que a transição de um conceito para outro só é possível devido à existência de um estágio intermediário.

2.3. Identificação da Gramaticalização

Considerando que a gramaticalização é um fenômeno de mudança linguística que ocorre de maneira gradual, identificar o grau em que se encontra um item em gramaticalização é uma preocupação de vários estudiosos do fenômeno. Nesse sentido, duas propostas são bastante conhecidas: a proposta de Lehmann (1995[1982] apud GONÇALVES et al, 2007), que visa determinar o grau de autonomia de formas em estágio mais avançados de gramaticalização; e a proposta de Hooper (1991,1996 apud GONÇALVES et al, 2007), que focaliza formas em estágios iniciais.

a) Os Parâmetros de Lehmann (1995[1982] apud GONÇALVES et al, 2007)

- **Integridade:** refere-se ao tamanho substancial de um signo, tendo em vista a sua carga semântica e fonológica. A perda da integridade semântica e fonológica demonstra o avanço do item rumo à gramaticalização.

- Paradigmaticidade: refere-se à forma que um item se relaciona com os demais itens do seu paradigma. Quanto maior a integração de um item no seu paradigma, maior seu grau de gramaticalização.
- Variabilidade paradigmática: diz respeito à obrigatoriedade de uso de um item dentro do universo do seu paradigma. Quanto menor a possibilidade de uso de outro item no lugar daquele que está se gramaticalizando, mais avançado é o grau de gramaticalização.
- Escopo: refere-se à extensão da relação do item com a construção na qual se insere. O grau de gramaticalização de um item aumenta quando ele deixa de se “relacionar com constituintes de complexidade arbitrária para se relacionar com palavra ou radical”.
- Conexidade: diz respeito ao grau de coesão ou dependência de um item com outro. Quanto maior for o grau de fusão, maior o grau de gramaticalização.
- Variabilidade sintagmática: refere-se à liberdade de movimentação de um item na construção de que faz parte. Quanto menor for a mobilidade, maior é o grau de gramaticalização.

b) Os Princípios de Hooper (1991, apud GONÇALVES et al, 2007).

- Estratificação: conforme esse princípio, a gramaticalização gera novos itens, que apesar desempenharem a mesma função, coexistem com as formas antigas.
- Divergência: refere-se ao fato de que a forma fonte pode manter-se como item autônomo, conservando suas propriedades originais, podendo, inclusive, submeter-se novamente a um processo de transformação.
- Especialização: diz respeito ao estreitamento das opções de codificação de determinada função.
- Persistência: refere-se aos traços semânticos que são compartilhados pela forma-fonte e a forma-alvo.
- Descategorização: esse princípio refere-se à perda de categorialidade e autonomia discursiva.

3. ALGUNS PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÕES

Dentre os processos que se enquadram nos estudos sobre gramaticalização, podemos destacar a formação de algumas conjunções da língua portuguesa. Longhin (2004) afirma que a literatura sobre gramaticalização de conjunções focaliza as mudanças de significado. Essas mudanças são conduzidas por dois “mecanismos complementares”: A transferência metafórica, transição, em etapas discretas, de um domínio cognitivo mais concreto para um domínio mais abstrato; e a transferência metonímica, cuja transição ocorre de forma gradual e contínua, de um significado a outro, por meio de uma reinterpretação motivada pelo contexto. Longhin (2004) também reconhece o princípio da unidirecionalidade na formação dos itens conjuncionais ao sustentar que, nesse processo, há uma tendência geral na trajetória de mudanças semânticas, ou seja, parte-se de uma categoria cognitiva mais próxima do indivíduo para uma categoria mais distante do indivíduo.

[...] essa tendência prevê que as mudanças de significado que acompanham a gramaticalização de conjunções partem dos significados referenciais, próximos da experiência física dos falantes, passam pelos significados relacionados à construção textual e atingem finalmente os significados centrados na atitude subjetiva dos falantes. (Longhin-Thomazi, *Considerações sobre Gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial*, 2004, p 216).

A classe das conjunções sempre esteve exposta à constante renovação. Meillet, (1912 apud LONGHIN, 2004) ao tratar da emergência das conjunções, salientou a naturalidade do processo em que se aproveita material do repertório da língua para exercer uma nova função, neste caso, de conjunção. Um exemplo desse aproveitamento do repertório e atribuição de função ocorreu com o advérbio comparativo latino *magis*, que originou, em português, a conjunção adversativa *mas*.

A autora lembra que o latim possuía um vasto conjunto de conjunções multifuncionais, ou seja, poderiam ser empregadas com diferentes sentidos dependendo do contexto. Entretanto, o latim vulgar, que foi base para as línguas românicas, assimilou poucas conjunções desse leque. Said Ali (1966) ressalta que da respeitável série de conjunções latinas, poucas passaram ao português. O historiador destaca algumas dessas passagens tais como *e(et)*, *ou,(aut)*, *nem(nec)*, *quando/se(si) que e como*.

A falta de conjunções motivou novas criações a partir de material da própria língua portuguesa. A necessidade de codificar relações conectivas fez com que palavras de diferentes categorias funcionassem como conjunções. Semelhantemente, a fim de corresponder à

necessidade de novas conjunções, preposições e advérbios se combinavam com a partícula *que*, para formar uma perífrase conjuncional.

A falta das demais partículas suprimiu as criações novas, isto é, advérbios, que se adaptaram ao papel de conjunção, assim como o amplo emprego de *que*, simples ou combinado com preposições e com advérbios ou locuções de caráter adverbial [...](SAID ALI, 1966:220)

Em relação ao que Hopper chama de gramática emergente, ou seja, o movimento em que velhas formas ganham novas funções (HOPPER, 1991 apud GONÇALVES et al, 2007), as seções seguintes tratam de alguns casos de gramaticalização de conjunções.

3.1. *Aí*

O processo de gramaticalização ocorre quando um item de valor lexical recebe valor gramatical, ou quando, já gramatical, passa a mais gramatical. Essa transferência não acontece de modo direto, mas de maneira gradual. Alguns estudiosos se referem a essa linha de mudança como *continuum* (GONÇALVES et al, 2007, p.38). A análise de um item gramaticalizado, ou em processo de gramaticalização, envolve a focalização de pontos nesse *continuum* de evolução, cujo deslizamento funcional vai de mais concreto (menos gramatical) para mais abstrato (mais gramatical). Esses pontos escolhidos correspondem às categorias tradicionalmente conhecidas como advérbios, preposições, conjunções, afixos, entre outros.

No que tange à direção da mudança de itens em processo de abstratização, alguns estudos definem categorias cognitivas que explicam as inclinações funcionais dos itens. Essas categorias se distribuem no *continuum* evolutivo com uma ordenação fixa, que parte das categorias cognitivas mais próximas do indivíduo para as mais distantes. Segundo Heine et alii.1991(apud GONÇALVES et al, 2007), a ordenação das categorias pode ser representada da seguinte forma: Pessoa > Objeto > Processo > Espaço > Tempo > Qualidade.

A pesquisa sobre gramaticalização de conectores aponta para a origem espaço-temporal das formas fontes (HEINE et al apud TAVARES, 1999, p.131) e apresentam a seguinte escala: espaço > tempo > texto. Segundo essa escala, elementos indicadores de espaço, submetidos a processos metafóricos e metonímicos, passam a indicar tempo e, por fim a organizar o espaço textual (TAVARES, 1999, p.131).

O item *aí* é um exemplo desse produtivo processo de formação de conjunções. Multifuncional, o *aí* fornece um vasto material para análise de sua variação na língua portuguesa rumo à inserção na categoria de conjunção.

No primeiro momento, no caminho percorrido pelo item até atuar como conector textual, o *aí* assume a função adverbial de dêitico locativo (TAVARES, 1999, p.133). Nessa função, o item possui considerável carga semântica (traço mais concreto), pois identifica o local de uma pessoa ou coisa em um espaço.

(1) *A mobília é de madeira daquelas antigas, pesadas, mas sem, absolutamente sem nada torneado, retinhas, típica mobília de fazenda. Quando nós casamos, nós não pudemos comprar nossa mobília, então mandamos vir da fazenda e até hoje continua conosco. Está aí.* (NURC/RJ)

Segundo Tavares (1999), do dêitico locativo deriva o anafórico locativo. A autora afirma que esse é o momento da passagem do item para o ambiente funcional do texto. O aí aponta para um lugar do mundo externo, fora do texto. Exercendo o papel de anafórico, passa a organizar o espaço textual, pois aponta para referências dentro do próprio texto, estabelecendo conexão com elementos já enunciados. Há, portanto, um deslocamento de um domínio mais concreto, que é o mundo exterior para o ambiente mais abstrato do texto. Em (2) o *aí* faz referência ao “outro irmão” que passa meses sem visitar os pais.

(2) *O outro irmão... enquanto o outro do Espírito Santo liga todo final de semana, esse aí passa meses sem ver os pais e acha que sabe tudo, né?* (PEUL/RJ)

Considerando ainda os usos referenciais do item e o percurso espaço > tempo, o *aí* locativo dá origem ao *aí* anafórico temporal, que codifica uma informação mais abstrata (TAVARES, 1999).

(3) *Olha, eu moro aqui em Jacarepaguá praticamente desde, quer dizer, desde que eu nasci que meu pai comprou essa área aqui, mas eu morava no Grajaú, depois quando ele faleceu eu tava com três pra quatro anos, aí minha mãe veio morá aqui.* (PEUL/RJ)

Em um estágio avançado de gramaticalização e esvaziamento semântico, surge o *aí* conector, ou sequenciador, derivado do anafórico temporal. Neste ponto da trajetória de mudança, o *aí* tem função de conectar partes de um texto.

(4) *Bom, começou realmente a chover porque estava ameaçando a chover e um vento, sabe dessas coisas de cinema, aquele "Morro dos Ventos Uivantes", o vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda. Aí nós ficamos meio assim, vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê. Está bom! Aí sentamos no chão, ficamos contando história pras crianças,*

brincando. De repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo... Alguém tem que saber o que que está havendo, né, porque o barulho não é normal. Aí fomos ver, as três juntas de mãos dadas, pálidas, brancas, só faltava os cabelos estarem eriçados, disfarçando pras crianças. (NURC/RJ)

Apesar de Tavares (1999) categorizar funções específicas do conector textual *aí*, optou-se por analisar apenas o *aí* introdutor de efeito e o *aí* sequenciador textual.

A autora chama de conector introdutor de efeito o *aí* que marca uma sequência lógico-discursiva, ou seja, que conecta dois eventos que se sucedem, sendo um dos eventos a causa e o outro a consequência, relação que pode ser observada em (5). Além desse emprego, Tavares (1999) ainda destaca, como uma das funções mais gramaticais do item, o *aí* sequenciador textual, que indica a sucessão discursiva (6). É importante ressaltar a alta ocorrência desta forma na língua portuguesa. Ao assumir esse papel, o *aí* marca a “ordem sequencial pela qual as informações são apresentadas e desenvolvidas” (TAVARES, 1999, p.136).

(5) *Também nunca tinha ... Eu ouvi um zumbido, um pouco assim muita gente trabalhando, aquilo me atraiu e eu fui espiar, aí eu vi quando eles, eh, a, a rainha saiu de dentro da colméia e voou e o, os zangões foram todos atrás dela, mas assim uma disparada, mas mesmo aquele barulho como se fosse assim uma fábrica trabalhando: vu vu vu vu vu vu, tudo em disparada, e aí perde de vista, né?*(NURC/RJ)

(6) *Não tá faltando. Não, já faltava há muito tempo, só que_a bomba [come]... [vai]... vai começar a explodir agora. Que eu já tô sabendo de várias coisa. Aí, todo mundo sabe né?* (PEUL/RJ)

Assim, considerando o modo como item *aí* transita de usos adverbiais para usos mais gramaticais, passando por categorias intermediárias, podemos afirmar que estamos diante de mais um fenômeno de gramaticalização.

3.2. As perífrases *só que* e *que nem*

Dentre as estratégias de renovação das conjunções do português brasileiro, esse tópico destaca um processo que tem se mostrado historicamente produtivo (CAMARA JR, 1979; SAID ALI 1966): a combinação de material linguístico de diversas categorias com a partícula multifuncional *que*. A partir da combinação do *que* com substantivos podemos citar as conjunções *de modo que*, *à medida que* e *de maneira que* (NEVES, 2002, p.185), lembrando que essas locuções são regidas por preposições (CÂMARA JR, 1979). Segundo Neves (2002), *visto que* e *dado que* são casos de combinação com verbos. Da junção do *que* com advérbios,

pode-se citar como exemplos de conjunções as locuções *já que* e *ainda que* (BECHARA, 2009, p. 184-185). É extenso o rol de conjunções geradas a partir dessa combinação, o que corrobora a ideia de grande produtividade do processo.

O recorte desse trabalho focaliza os conectivos *só que* e *que nem*, que apesar de não figurarem no cânone tradicional dos puristas, são amplamente utilizados em situações de fala, principalmente em contextos menos formais.

Contudo, para prosseguir com análise desses conectivos em seus contextos funcionais, é necessário fazer algumas considerações sobre a partícula *que*.

Camara Jr.(1979) afirma que um dos motivos que impulsionaram a reformulação do quadro conjuncional da língua portuguesa foi o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa, homônima do pronome relativo *que*. Segundo as lições de Câmara Jr.(1979), o *que* é o pronome relativo primário em português e se originou do “nivelamento” das formas do nominativo *qui, quae, quod*, e do acusativo *quem, quam, quod*.

O *que* emergente assimilou algumas funções de outras partículas latinas:

O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional que para os mais variados padrões frasais. (CAMARA JR. 1979:184).

Do ponto de vista da gramática tradicional, a palavra *que* pode pertencer a variadas categorias gramaticais, bem como exercer diversas funções sintáticas. A seguir, relacionamos algumas categorias nas quais a GT insere o vocábulo multifuncional *que*:

- Pronome relativo: refere-se anaforicamente a outro termo, que pode ser um substantivo, pronome, adjetivo, advérbio ou uma oração, normalmente resumida pelo demonstrativo “o” (CINTRA; CUNHA, 2008, p.358). Exerce função sintática substantiva.

(7) *Esse é o livro que perdi.*

- Conjunção Coordenativa: conecta termos ou orações independentes, que estejam no mesmo nível sintático (BECHARA, 2009, p.319). Pode ser de três tipos: aditiva, explicativa e adversativa. A aditiva (8) liga termos independentes, e tem valor próximo da conjunção “e”. A conjunção explicativa (9) conecta orações, indicando a justificativa da declaração contida em outra oração coordenada. (CINTRA; CUNHA, 2008, p. 595).

Possui valor próximo à conjunção “*pois*”. Por sua vez, a adversativa (10) conecta termos, indicando uma oposição, uma ressalva entre eles. Possui valor de *mas*.

(8) *Dança que dança até cansar.*

(9) *Vamos saindo que a festa acabou.*

(10) *Outro que não eu, pra subir naquela escada.*

- Conjunção Subordinativa: a conjunção subordinativa integrante introduz uma oração subordinada substantiva (BECHARA, 2009, p.324).

(11) Parece que a criança está bem.

Também pode introduzir, como conjunção subordinativa, orações subordinadas adverbiais causais, finais, comparativas ou concessivas (BECHARA, 2009, p.326-328).

(12) *Comi ontem, que se demorasse mais podia estragar.*

(13) *Fez muita canjica, que todo mundo comesse.*

(14) *Manga é melhor que goiaba.*

(15) *Que me caíam todos os dentes, não volto naquele dentista.*

- Pronome indefinido substantivo interrogativo: representa o elemento na frase interrogativa sobre o qual se deseja uma resposta. Significa “que coisa”. (CINTRA; CUNHA, 2008, p.367).

(16) *Que adianta chorar?*

- Pronome indefinido adjetivo interrogativo: acompanha o substantivo nas frases interrogativas. Possui função sintática de adjunto adnominal (CINTRA; CUNHA, 2008, p.367).

(17) *Que cores pretendem usar?*

- Substantivo: vem precedido de artigo, pronome, adjetivo, torna-se tônico e pode exercer qualquer função sintática substantiva.

(18) *Ele tem um quê de culpado.*

- Advérbio: modifica o adjetivo e tem função sintática de adjunto adverbial de intensidade.

(19) *Que bonita essa música!*

- Preposição: conecta, em uma locução verbal, o verbo auxiliar *ter* com o verbo principal (BECHARA, 2009, p.232).

(20) *Você tem que começar a jogar.*

Assim, nota-se que a partícula *que* pode compor várias estruturas e exercer diversas funções, dependendo do contexto em que é empregada.

3.2.1. Só que

Da junção das partículas *só* e *que* surge a perífrase conjuncional coordenativa *só que*. O processo que forja a perífrase, aqui entendido como mais um caso de gramaticalização, define-se ao longo do tempo, até que o item se cristaliza e passa a integrar a gramática da língua. A justaposição dos itens do *só* e *que* gera uma estrutura que já desempenha um papel gramatical no português, tendo em vista que, em determinados contextos, possui valor adversativo. Nessas situações, o *só que* opera a coordenação entre um enunciado autônomo e um novo fato, promovendo o cancelamento de uma pressuposição ou uma expectativa.

(21) “*Fala que me ama só que é da boca pra fora.*” (Peninha, *Sozinho*)

(22) “*Um dia eu voltei ansioso pra ver o meu amor
Esqueci o sofrimento que eu passei
Dinheiro no banco. Terno novo. Quase doutor
Só que a Joaquina não encontrei.*” (Cartola, *Nada vale a pena*)

A gramática tradicional não reservou uma designação precisa para a palavra *só*, que compõe a perífrase juntamente com o item multifuncional *que*. A Nomenclatura Gramatical Brasileira elencou-a na categoria das palavras denotativas (CINTRA;CUNHA, 2008, p.566; BECHARA, 2009, p.291), podendo indicar exclusão como em (23), ou tão somente figurar como um expletivo (24).

(23) *Só a televisão foi vendida.*

(24) *Olha só que legal!*

Outros estudos linguísticos, como os de Longhin (2002), referem-se ao *só* como conectivo que estabelece oposição ou contraste. Além disso, nota-se que a partícula pode aparecer em várias posições em uma sentença, normalmente antecedendo o elemento que se deseja limitar ou restringir.

(25) *Quero estudar mais, só não tenho tempo.*

(26) *Ela come só salada/Ela só come salada.*

(27) *Só minha sua mãe te aguenta.*

(28) *Ele tem um carro só/Ele tem um só carro.*

Contudo, para demonstrarmos o papel de conector adversativo da estrutura *só que*, torna-se necessário ressaltar algumas características do item *mas*, conjunção adversativa prototípica do português, com a qual a perífrase compartilha relevantes traços sintático-semânticos.

A conjunção *mas* marca relações de desigualdade entre dois segmentos coordenados, que podem ser sintagmas oracionais ou não oracionais. Além disso, possui posição fixa na sentença (Neves, 2011). A perífrase *só que* opera de modo semelhante, pois tais características também podem ser observadas nos exemplos (29), (30), (31) e (32).

Nos exemplos abaixo, de (29) a (32), é possível perceber que a estrutura *só que*, do mesmo modo que a conjunção *mas*, articula diferentes unidades sintáticas (sintagmas oracionais e sintagmas não-oracionais) e coordena uma construção estritamente binária. A perífrase, além disso, marca a “relação de desigualdade entre os segmentos” (NEVES, 2011), introduzindo informações que rompem com a expectativa gerada pela oração ou sintagma nominal que antecede a perífrase.

Em conformidade com as lições de Neves (2011) sobre o funcionamento das construções adversativas, Longhin (2004) afirma que, ao fazer uso da expressão perifrástica, o falante evoca um modelo ou um conjunto de informações que julga compartilhar com o interlocutor para, em seguida, comunicar uma informação, geralmente nova, que cancela as expectativas e pressuposições.

(29) *Eu queria te dar a lua*

Só que pintada de verde (João Donato, *Doralinda*)

(30) *Hoje eu vim, minha nega sem saber nada da vida*

Querendo aprender contigo a forma de se viver

As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender (Paulinho da Viola, *Coisas do mundo, minha nega*).

(31) *Nos amamos, meu bem, só que em pistas opostas* (Marina Lima, *Deixa estar*)

(32) *Será que essa gente percebeu que, essa morena desse amigo meu tá me dando mole tão descontraída, só que eu não vou em bola dividida* (Luiz Ayrão, *Bola dividida*)

Entretanto, convém observar alguns dos critérios que foram expostos na seção 2.3, que podem indicar o estatuto gramatical da perífrase *só que*. Nem todos os parâmetros que identificam a gramaticalização podem ser aplicados a um mesmo fenômeno, por isso serão abordados apenas os mais relevantes para a construção *só que*.

Dos parâmetros de Lehmann, podemos destacar a paradigmaticidade, a conexidade e a variabilidade sintagmática. Quanto à paradigmaticidade é possível verificar o alto grau de gramaticalidade do *só que*, tendo em vista que integra o especializado paradigma das conjunções adversativas. A conexidade também indica a gramaticalidade da perífrase, pois o *só que* coordena elementos. Também nessa direção aponta a variabilidade sintagmática, visto que o conectivo ocupa posição fixa no início de sentença (LONGHIN, 2002).

Os princípios de Hooper também contribuem para a compreensão da gramaticalização do *só que* (LONGHIN, 2002). Em relação ao princípio da estratificação, pode-se dizer que a forma *só que* coexiste e compete com outras marcações de quebra de expectativa. No que se refere à divergência, a forma-fonte *só* se mantém como item autônomo. Conforme o princípio da persistência, parte do significado do multifuncional *só*, permanece no *só que*, admitindo-se, às vezes, a paráfrase, como em (33) e (34).

(33) *Canta bem, só não faz sucesso./Canta bem, só que não faz sucesso.*

(34) *Ela é muito ciumenta, só não demonstra./Ela é muito ciumenta, só que não demonstra.*

Por fim, com relação ao princípio da descategorização, fica evidente a perda do privilégio sintático da forma-fonte *só*, que possui ampla mobilidade. Ao se gramaticalizar, a perífrase *só que* perde mobilidade e passa a ter posição fixa, como pode ser observado em todos os exemplos anteriores. Os critérios que foram explorados acima contribuem para aferir o estatuto gramatical do *só que*, indicando que se trata de um típico caso de gramaticalização, como afirma Longhin (2002).

3.2.2. Que nem

Este estudo se alicerça na ideia de que a gramaticalização é um processo especial de mudança, no qual elementos plenos (ou menos gramaticais) são impelidos a codificar sentidos gramaticais – ou mais gramaticais (HEINE et al, 1991 apud GONÇALVES et al, 2007). Assim, nesta seção, apresentamos algumas reflexões sobre a perífrase *que nem*, originada a partir da junção de *que* e *nem*, palavras que possuem independência sintática e semântica.

As funções do *que* já foram elencadas em seção anterior. Quanto ao *nem*, trata-se de um advérbio de negação, que geralmente possui a função de acrescentar uma informação associada a uma negação (35) e (36).

(35) *Ele não trabalha nem estuda.*

(36) *Nem você, nem ninguém sai daqui hoje.*

Pode-se afirmar que a união dos itens *que* e *nem* configura um caso de gramaticalização, pois, em relação à forma fonte, a estrutura passa a codificar uma circunstância linguística mais abstrata e gramatical. O *que nem* funciona como conector de dois componentes informacionais e estabelece entre eles um vínculo comparativo.

(37) *Carcará*

Lá no sertão

É um bicho que avoa que nem avião

É um pássaro malvado

*Tem o bico volteado que nem gavião” (Chico Buarque, *Carcará*).*

Sobre a manifestação da comparação, Lima-Hernandes (2006) afirma que a necessidade de marcar graus de igualdade entre elementos já ocorre desde os primeiros anos de idade do falante. Além disso, afirma que o processamento comparativo se dá por meio da percepção e confronto de informações.

Os caminhos pelos quais o indivíduo pode estabelecer a tarefa de comparar são vários, mas todos, sem dúvida, estão circunscritos a uma atividade, antes, sensorial de observação, seguida de uma justaposição de elementos num processamento cognitivo, que sugere um conhecimento pré-estabelecido: o emolduramento pragmático.(LIMA-HERNANDES, 2006).

Segundo Neves (2011), as construções comparativas são fruto de um cotejo semântico de dois elementos, que dependem um do outro, do ponto de vista sintático. A autora classifica

as construções comparativas em dois tipos principais: comparativas correlativas e comparativas não correlativas.

Interessa para este trabalho apenas as comparativas não correlativas, tendo em vista que têm a oração comparativa iniciada pelas conjunções que marcam comparação de igualdade: *como*, *assim como*, *tanto quanto*, *tal qual*, *tal como*, *do mesmo modo que*. Convém ressaltar que o comportamento sintático-semântico do *que nem* se assemelha ao comportamento dessas conjunções comparativas de igualdade, possibilitando a reescritura dos exemplos abaixo.

(38) “O nosso beijo é doce que nem rapadura.” (Raul Seixas, *Quero mais*)

(39) O nosso beijo é doce como/tal qual rapadura.

(40) “É quente que nem pimenta.” (Cartola, *Que nem pimenta*)

(41) É quente como/do mesmo modo que pimenta.

(42) Saudade assim faz roer e amarga que nem jiló. (Luiz Gonzaga, *Que nem jiló*)

(43) Saudade assim faz roer e amarga como/tanto quanto jiló.

O parâmetro da variabilidade sintagmática e o princípio da descategorização atestam a gramaticalidade do *que nem*. Ao exercer a função de conectivo e se integrar ao paradigma das conjunções comparativas, passa a ter mobilidade restrita na sentença, a exemplo da conjunção *como*. A esse respeito, alguns trabalhos tradicionais, como os de Cunha e Cintra (2008), já reconhecem o *que nem* como uma conjunção comparativa legítima.

É conveniente destacar que o *que nem* se comporta, verdadeiramente, como uma única palavra, um bloco indivisível, à semelhança de outras locuções conjuntivas como *só que*, *ainda que* e *já que*, não sendo possível inserir qualquer elemento entre os itens que compõe a perífrase ou inverter a sua ordem.

Uma conjunção pode ser apresentada graficamente como uma palavra (que, quando) ou como um grupo de palavras (visto que, se bem que, sempre que). Conjunções desse último tipo funcionam de certo modo como palavras únicas, pois suas partes não têm independência sintática, e, a se levar em conta apenas a sintaxe, poderiam ser grafadas sem espaço, como uma única palavra. (PERINI, 2007, p.139).

No exemplo abaixo, existe um pronome pessoal entre os itens *que* e *nem*, que, nesse contexto, são sintática e semanticamente independentes. O *que* é um pronome relativo que

possui função anafórica, e o *nem*, um advérbio que modifica o verbo da segunda oração. Nesse caso, não se verifica o processamento de uma comparação.

(44) “*O resto é mar
É tudo que eu nem sei contar” (Tom Jobim, *Wave*)*

Já nos exemplos que se seguem, a estrutura *que nem* funciona como um bloco único e codifica relações comparativas. Em (45), o compositor se identifica com um pedaço de papel, cujo destino é definido aleatoriamente conforme a força e a direção do vento, impelido a lugares independente de sua vontade. Em (46), para ressaltar a intensidade da interação de duas pessoas, o compositor compara a relação do casal a uma típica combinação de alimentos da culinária brasileira.

(45) “*Eu vivo que nem papel
Onde o vento vai eu vou” (Bezerra da Silva, *Vivo que nem papel*)*

(46) *Ele completa ela e vice versa que nem feijão com arroz* (Renato Russo, *Eduardo e Mônica*).

Em outra canção, o trecho (47) estabelece uma relação de comparação amparada pela conjunção não prototípica *feito*, e que admite substituição pelo *que nem* sem alteração de sentido ou qualquer estranhamento por parte do falante e ouvinte. Nesse ponto, abre-se espaço para uma pequena digressão: o uso de *feito* como conjunção comparativa sugere outro processo de gramaticalização, tendo em vista que a conjunção se originou de um verbo-suporte (NEVES, 2011), hipótese que está em conformidade com a definição de gramaticalização que diz ser este um processo no qual “uma unidade gramatical assume uma função ainda mais gramatical.” (HEINE apud GONÇALVES et alii, 2007).

(47) *E se acabou no chão feito um pacote tímido* (Chico Buarque, *Construção*)

(48) *E se acabou no chão que nem um pacote tímido*

Os exemplos indicam que, em boa parte dos casos, é possível intercambiar as formas *como* e *que nem*. Nos trechos das canções que foram selecionados, o emprego dessas estruturas serve a um processamento mental que resulta em construções comparativas. Contudo, essa função do item *como* não é a única compartilhada com o *que nem*.

Lima-Hernandes (2006) afirma que o item *como* se originou de um advérbio de modo, e, atualmente, admite usos em contextos funcionais diversos. Merece destaque o contexto funcional que a autora chama de preposição exemplificativa, cujo propósito é introduzir

exemplos ou enumera elementos de uma sequência. A construção *que nem*, por sua vez, exerce função análoga e passa a integrar uma estrutura discursiva de exemplificação, como se observa nos exemplos a seguir.

(49) *Não gosto de trabalho de casa, que nem cozinhar, lavar banheiro, passar roupa.*

(50) *Nunca posso escolher o programa. Que nem quando tem jogo de futebol. Aí é meu pai que manda na televisão.*

É conveniente destacar que, em determinadas situações, o *que nem* exerce o papel de conjunção conformativa. Nesse caso, a perífrase introduz orações que expressam um conteúdo informacional o qual está em conformidade com a mensagem expressa na oração principal (Neves, 2011), e, por isso, pode ser substituída pela conjunção *conforme*.

(51) *Escreva que nem a professora orientou que o trabalho sairá.*

(52) *Que nem disse meu camarada, o ingresso ficou mais barato depois que o jogo começou.*

Por fim, com base na análise dos exemplos, observou-se que, na formação da perífrase *que nem*, houve relativa abstratização, ganho de traços mais gramaticais em relação à forma fonte e mudança categorial, elementos caráter de um processo de gramaticalização.

4. CONCLUSÃO

As línguas são sistemas vivos e estão sujeitas a variações. Os falantes e os ouvintes de uma língua podem valer-se de sua criatividade linguística para reagir às necessidades de expressar novas ideias, ou até mesmo expressar ideias que já estão mapeadas em formas cristalizadas, mas que podem ter sofrido um apagamento semântico devido ao uso frequente.

Por isso, o presente trabalho abordou casos de renovação linguística e foi desenvolvido sob a ótica do funcionalismo, conforme o estatuto teórico da gramaticalização. Discutiram-se os deslizamentos funcionais dos itens *aí*, *só que* e *que nem*.

Primeiramente, foi demonstrado que a multifuncionalidade do *aí* pode sugerir a rota de gramaticalização do *item* (TAVARES, 1999): dos usos dêiticos e anafóricos, passando por categorias intermediárias, em direção às funções conectivas, movimentando-se por um *continuum* crescente de abstratização.

Em relação ao *só que*, recorreu-se aos parâmetros paradigmaticidade, conexidade e variabilidade sintagmática, bem como aos princípios estratificação, divergência, persistência e descategorização, a fim de se apurar a gramaticalização da perífrase. O trabalho, respaldado em Longhin (2002; 2004) e Neves (2011), demonstrou que da união de dois itens autônomos, origina-se a perífrase conjuncional adversativa *só que*, cuja função é coordenar uma estrutura binária e promover o cancelamento de uma expectativa. No atual estágio da língua portuguesa, o *só que* encontra-se integrado ao paradigma das conjunções adversativas, e concorre em diversos contextos funcionais com a conjunção *mas*.

Quanto ao *que nem*, também originado da junção de dois itens autônomos, esta pesquisa discorreu sobre suas funções de conector comparativo, introdutor de exemplificação e conjunção conformativa. Foi possível observar que a perífrase se comporta como uma palavra única, e que somente desta forma pode ser codificada a comparação. Revelou-se que, em contextos comparativos e exemplificativos, o *que nem* concorre com o item *como*, e quando integra uma estrutura conformativa, a perífrase pode ser substituída por *conforme*.

Foram apresentadas evidências de que os itens *aí*, *só que* e *que nem* se transformaram (ou foram gerados) no sentido de desempenhar funções que podem ser interpretadas como mais gramaticais e abstratas do que as funções de suas formas-origem, apesar de ainda persistirem alguns traços comuns entre as fontes e os alvos. As variações funcionais dos itens analisados indicaram mudanças categoriais, e apontam para um aumento da gramaticalidade dos novos empregos, que têm se mostrado recorrentes na língua, conforme se depreende dos

exemplos observados. Desse modo, conclui-se que os usos mais abstratos dos itens *aí*, *só que* e *que nem* advêm de típicos processos de gramaticalização.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed.rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão 1979.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do Português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GONÇALVES et alii (Org.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Níveis de processamento da comparação no Português Contemporâneo e padrões funcionais de ‘como’. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 35, p. 1322-1330, 2006. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlc/lport/pdf/mariacelia_a10.pdf>. Acesso em: 04 set. 2012.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. **A gramaticalização da perífrase conjuncional ‘só que’**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Estudos de Linguagem. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 2002.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. **Veredas (UFJF)**, Juiz de Fora, v. 8, p. 215-232, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap14.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2012.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio Novas teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. **Revista da ANPOLL**. v.1, n.4, p.147-156, 1998. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/284/297>>. Acesso em: 04 set. 2012.

PERINE, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2007

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2011.

TAVARES, Maria Alice. A gramaticalização do aí como conector- indícios sincrônicos. **Working Papers em Linguística**, UFSC, n.3, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/2316/2008>>. Acesso em 04 set. 2012.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.